

RESENHA

ASPECTOS DO ESCRAVISMO COLONIAL NO BRASIL

Tiago Pansera*

As discussões sobre o modo de produção vigente no Brasil colonial e imperial já produziram diversas hipóteses. As primeiras interpretações, elaboradas no limiar do século 20, representavam as visões aristocráticas do extinto senhorio escravista e das classes dominantes daquela época. Entre os maiores expoentes dessa literatura destacam-se Gilberto Freyre e Oliveira Vianna.

A categoria *escravismo colonial* foi ignorada durante muito tempo pelas ciências sociais brasileiras, inclusive de matriz marxista. Alguns autores indicaram a existência de um modo de produção feudal no Brasil, entre o Quinhentos e o Oitocentos. Outros estudos defenderam a teoria de um capitalismo colonial ou do dualismo de sistemas. Predominava a incompreensão da economia política e das limitações históricas dos estudos marxianos.

Até a primeira publicação da obra do historiador baiano Jacob Gorender, em 1978, inexistiu, no Brasil, qualquer estudo mais apurado de outros modos de produção que possivelmente existiram nas comunidades africanas, americanas e asiáticas. Não se compreendia que Karl Marx desenvolveu suas teorias baseado no contexto histórico da, e para a Europa do século 19. Apenas aplicou-se a sua fórmula pronta e acabada à realidade brasileira.

Gorender teceu duras críticas àqueles que “sacralizam cada ponto e vírgula saídos da pena dos clássicos do marxismo”. (GORENDER, 1980, p. 56.) A negligência da possibilidade de contradições, entre escrituras de períodos diferentes, ignora o caminho penoso da elaboração teórica que eles trilharam. Igualmente, não reconhece a autora ou o autor como ator de um determinado espaço e tempo histórico.

* Mestrando em História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo – UPF. E-mail: pansera@concordia.psi.br.

1. Sobre o método

O estudo das ciências sociais no âmbito da concepção marxista não deve partir apenas da análise do *modo de produção*. Incurreria no determinismo economicista e anularia parte da pluralidade das sociedades humanas. A análise deverá ser lapidada com o estudo das *formações sociais* e a conseqüente análise sociológica. Dessa forma, a história, a economia política e a sociologia se fundem no processo de construção cognitiva.

O modo de produção subdivide-se em duas categorias: as *relações de produção* e as *forças produtivas*. Os seres humanos produzem como seres sociais, e estabelecem relações objetivas e subjetivas entre si. As características destas relações de produção determinam as formas de organização e relações sociais. Em caráter comunitário ou divididos em classes antagônicas.

Para Gorender (1980, p. 23) “sob o conceito de modo de produção não se compreende apenas a produção propriamente dita de bens materiais, porém, por igual, sua distribuição, circulação e consumo”. O autor completa, afirmando que um modo de produção “constitui uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases distintas e, ao mesmo tempo, interpenetradas no fluir de um processo único”.

Já o estudo das *formações sociais* deve começar pela análise do modo de produção, por uma base material. Elas podem conter um único, ou vários modos de produção. O modo *predominante* determinará o caráter geral da formação social. Os próprios meios de produção não são puros. Contêm categorias decadentes, insuficientemente desenvolvidas e embriões ou resquícios de modos de produção diferentes. (GORENDER, 1980, p. 23)

A escravidão por si só não representa um modo de produção. Pode ser apenas meio secundário em um meio de produção diferente. Entretanto, no Brasil, representou o tipo hegemônico de relações sociais e de produção. Envolveu uma grande extensão geográfica e uma grande quantidade de pessoas, assumindo o caráter de modo de produção dominante.

2. Entre o ser e o estar cativo

A categoria *trabalhador escravizado* não é uma condição natural inerente à sociedade e ao indivíduo. É uma imposição de um grupo de indivíduos a outros por meio de coerção extra-econômica. Para Jacob Gorender (1980, p. 78, grifo meu), a característica essencial da condição do ser escravizado era ser *propriedade* de outra pessoa. Seus proprietários podiam vender, hipotecar, emprestar, penhorar, doar, transmitir aos seus descendentes por herança e exercer todos os direitos legítimos ao dono.

Possuía, também, outros atributos: perpetuidade e hereditariedade do cativo. O cativo era cativo até o fim de sua vida e a condição social era transmitida automaticamente aos seus filhos. Estabelecia-se uma relação pessoa versus coisa. Conquanto, havia algumas exceções. Alguns cativos eram libertados pelos seus senhores por diversos motivos, mas ainda eram considerados em condição inferior aos homens livres de nascença. (GORENDER, 1980, p. 60)

Uma das principais semelhanças entre a servidão feudal e a escravidão residiu na coação extra-econômica do produtor, embora as formas sejam diferentes em cada formação social. O servo estava ligado a terra umbilicalmente, e possuía seus próprios meios de produção. O cativo encontrava-se estranho a produção colonial, inserido naquela realidade forçosamente. No entanto, para explorar ambos eram necessárias formas de coação extra-econômicas: o aparato ideológico-religioso e as tributações do senhor feudal para o servo, e a violência física para o trabalhador escravizado.

No sistema capitalista, a submissão do proletariado moderno baseia-se na coação econômica. As relações de produção se concretizam entre os “trabalhadores livres” e a burguesia. As operárias e os operários não possuem nenhum meio de produzir sustento e riqueza, além de seus braços e suas capacidades intelectuais. Logo, necessitam vender estas “mercadorias” para os detentores dos meios necessários à produção.

No Brasil, o braço escravizado foi utilizado no meio urbano e rural - em maior quantidade -. No campo os cativos eram utilizados majoritariamente em trabalhos

manuais, sem especialização. Nas minas o trabalho era ainda mais cruel, enquanto nas cidades a sorte era menos dura.

Ao contrário do que propõem alguns historiadores brasileiros, os cativos resistiam de várias formas. O ato de resistência mais comum era a fuga. Havia também o justicamento dos senhores, ou seja, o assassinato dos opressores e a lentidão proposital na execução das tarefas. As mulheres e os homens recapturados eram barbaramente punidos. Decepar as mãos, cortar orelhas, marcar com ferro em brasa e enforcamento eram algumas das punições previstas nas legislações luso-brasileiras do período colonial. (GORENDER, 1980, p. 65)

3. Dominação lingüística

A linguagem constitui um espaço importante no desenrolar da luta de classes. Imposições, opressão social, de gênero, raça e classe ocultam-se nos signos lingüísticos, aparentando certa naturalidade. Reproduzem as contradições e desigualdades objetivas da sociedade. De acordo com a lingüista Florence Carboni e o historiador Mário Maestri (2005, p. 12), “a sufocação dos timbres, das vozes e das línguas dos oprimidos é condição essencial para a manutenção da hegemonia dos opressores”.

A própria categoria “escravo”, utilizada comumente pelas ciências sociais e pelo senso comum, constitui um ato de inferiorização dos africanos submetidos ao cativeiro. Como nos lembram Carboni e Maestri (2005, p. 85), ela foi introduzida recentemente nas línguas européias. Na Europa antiga, os trabalhadores escravizados eram denominados majoritariamente de *servus*. Com a queda do Império Romano e a longa e lenta formação do modo de produção e das relações sociais feudais, o termo *servus* foi aplicado, gradativamente, aos trabalhadores dos feudos.

Somente com a introdução de relações escravistas na sociedade feudal, generalizou-se o uso do nome étnico como termo genérico de designação da condição de cativo. Nos países ibéricos, os muçulmanos capturados eram chamados de maurus. Na península itálica de sarracenus. No entanto, foi outra denominação que originou o

adjetivo escravo adaptado às mulheres e aos homens cativados. (CARBONI; MAESTRI, 2005, p. 86).

As guerras de Otão I, o Grande (912-973), duque da saxônia, inundaram a Europa com cativos trazidos da Esclavônia [...], com a denominação étnica de sclavu(m). No entanto, somente no século 15 o termo escravo foi utilizado pela primeira vez em um registro lusitano. No Brasil, essa categoria foi longamente associada com os termos negro, preto e africano. Constituiu, sem dúvidas, uma construção ideológica das classes exploradoras baseada no racismo e na desvalorização social das classes subalternizadas. (CARBONI; MAESTRI, 2005, p. 87).

4. A plantagem escravista colonial

As plantagens escravistas coloniais eram grandes extensões territoriais de produção agrícola e pecuária. Elas não foram uma forma de organização social e produtiva exclusiva do Brasil e do modo de produção escravista. Entretanto, constituíram a base de sustentação da economia agroexportadora luso-brasileira.

Entre o Quinhentos e o Oitocentos, a plantagem possuía algumas características fundamentais. Na definição de Jacob Gorender (1980, p. 89), era “uma organização econômica voltada para o mercado. Sua função primordial não consiste em prover o consumo imediato dos produtores, mas abastecer o mercado mundial”. Apoiava-se nos braços escravizados de africanos e, em menor escala, nativos sul-americanos.

Podia ser pequena, média, ou grande. A quantidade de mão-de-obra empregada foi mais ou menos numerosa. Convém assinalar que não era uma unidade produtiva puramente agrícola. Havia o beneficiamento dos produtos, o transporte e a comercialização. Os casos da transformação da cana em açúcar, e a produção do charque sul-rio-grandense são os mais emblemáticos.

A plantagem possuía duas formas de *divisão do trabalho*. A primeira era quantitativa. As tarefas iguais eram executadas por diferentes equipes, simultaneamente, ou em diferentes momentos. As equipes ou os trabalhadores individuais eram organizados de forma a aproveitar o máximo o tempo de labuta. Na segunda forma, a

divisão qualitativa mais básica era entre o trabalho agrícola e o beneficiamento dos produtos.

Existiam outras funções específicas que requeriam algum nível de especialização. Olaria, carpintaria, edificações, serraria, ferraria, etc., as quais prestavam suporte à produção. Havia, igualmente, o que Jacob Gorender denominou *intercambialidade* de funções. Consistia na execução de várias funções pelo mesmo trabalhador, conforme as necessidades momentâneas da unidade produtora. (GORENDER, 1980, p. 94, grifo meu).

O tamanho dos engenhos de açúcar nordestinos variou no decorrer dos séculos e de acordo com a localidade. Na Bahia, no fim do século 16, a maioria possuía entre 100 e 200 cativos. Em Pernambuco, no século seguinte, um bom plantel possuía cerca de 50 cativos. No século 19, seria de 40 a quantidade adequada de trabalhadores. No mesmo período, muitos cafezais possuíam de 200 a 400 trabalhadores escravizados. (GORENDER, 1980, p. 95-98.)

A grande plantagem necessitava de uma economia natural no seu interior. Conforme a conjuntura e as suas necessidades de consumo, as trocas em espécie adquiriam maior ou menor importância. Ao mesmo tempo, junto às grandes unidades produtoras coexistiam pequenos engenhos produtores de fumo, algodão, cachaça, rapadura, etc., destinadas ao mercado interno.

A plantagem adaptou-se brilhantemente a mão-de-obra escravizada. Suas relações de produção e sociais representaram um retrocesso em relação à servidão da gleba medieval. No entanto, a produção monocultora em grande escala financiou parte da acumulação primitiva de capitais necessária para revolucionar as forças produtivas e a tecnologia européia em direção ao capitalismo industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: língua, poder e luta de classes*. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3 ed. São Paulo, Ática, 1980.